

resenha

tríade
comunicação, cultura e mídia

Calibã e a bruxa: por um olhar atualizado de uma história econômica sexista

Angie Biondi

Universidade Tuiuti [UTP], Curitiba, Paraná, Brasil. Contato com o autor: angiebiondina@gmail.com.



Em visita recente ao Brasil, ocorrida em julho, a historiadora e feminista Silvia Federici promoveu o lançamento da edição, em português, de um dos seus livros mais importantes. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, originalmente publicado nos Estados Unidos, em 2004, acaba de ganhar uma bela edição com tradução realizada por um coletivo de mulheres, o Sycorax.

Neste momento em que se percebe a retomada das discussões sobre gênero, a leitura deste livro torna-se ainda mais necessária. Um dos aspectos mais relevante da obra é o destaque às explicações históricas, enriquecidas por referências documentais diversas e indicações de pesquisas muito precisas, que a autora tece junto com sua perspectiva sobre um período ainda pouco esclarecido das sociedades. Neste sentido, ler *Calibã e a bruxa*, em boa medida, é mergulhar no pensamento da autora e, através dele, encontrar um percurso possível para compreender como a transição - e o desenvolvimento - para o modo de produção capitalista só pôde ser implementado e intensificado graças à capacidade de expansão e capilarização por todas as formas de relação humana. Neste complexo processo econômico e político é que se encontra a releitura sobre a questão de gênero empreendida pela autora.

Segundo Federici, o sexismo, assim como o racismo, foram mais que simples temáticas durante a implementação capitalista, mas vigoraram como pautas políticas importantes dos programas de Estado, que passou a regular as relações sexuais e os hábitos reprodutivos das mulheres conforme as demandas econômicas. Em diferentes momentos da história das sociedades, as mulheres foram subordinadas ao controle sistemático dos governos conforme as demandas de produção do trabalho, em prol do desenvolvimento capitalista que se instalava.

O trabalho nos campos, nas colônias, nas *plantations* e, posteriormente, nas fábricas, esteve intimamente relacionado à política sexual e reprodutiva que se alternava conforme a necessidade econômica. Picos de natalidade, ou sua queda, foram registrados em momentos bem marcados pela necessidade de aumento ou diminuição populacional e de mão de obra. O corpo feminino se tornou um corpo laboral.

As mulheres foram submetidas às diversas formas de controle pelas políticas reguladoras do Estado e das instituições que se tornaram reconhecidos instrumentos do aparato político, cultural e ideológico, que ganharam destaque durante todo o período. Tem-se aqui a primeira crítica de Federici acerca do obscurecimento da regulação do corpo feminino à mercê das demandas econômicas e do trabalho. Para ela, nem as pesquisas de Michel Foucault, na *História da sexualidade*, nem os estudos de Karl Marx, no *Capital*, consideraram a subordinação das mulheres como um aspecto fulcral da transição ao capitalismo. Embora, em muitas passagens, a autora retome as indicações foucaultianas acerca do funcionamento das técnicas de poder, logo na Introdução, exige a devida recolocação do corpo feminino na fonte diferenciada de tais constructos. Apenas assim é possível, segundo Federici, compreender que os investimentos sobre o corpo não foram desenvolvidos do mesmo modo, nem padeceram do mesmo jeito, devido às condições ainda mais deploráveis que subjugarão o corpo feminino.

Justamente a extrema desigualdade sexual é o que marca a segunda grande crítica

da autora ao pensamento marxista, quando este se refere à acumulação primitiva como uma espécie de etapa precursora do capitalismo. Segundo Federici, o exame proposto por Marx incorre em equívoco porque parte de um ponto de vista exclusivo do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção mercantil, sem considerar, minimamente, as mudanças da posição social das mulheres subjugadas à reprodução da força de trabalho pela nova ordem patriarcal que se estabeleceu. A acumulação não seria fundacional, mas inerente ao modo de produção desenvolvido às custas da divisão sexual, da subordinação feminina à procriação de novos trabalhadores e à impossibilidade da autonomia feminina causada pela exclusão do trabalho assalariado.

A tarefa de explicar estas relações históricas é atentamente construída ao longo dos capítulos 1 e 2. A redefinição das tarefas produtivas, sob o disfarce de um destino biológico, intensificou a nova política da divisão sexual do trabalho implementada no capitalismo conforme sua expansão. Na Europa, a coação de mulheres à procriação havia levado à imposição da pena de morte pelo uso de métodos contraceptivos. Na América, nas conhecidas *plantations*, os escravos eram mercadorias valiosas e, por isso mesmo, foi implantada uma política de reprodução que expôs as mulheres aos inúmeros ataques sexuais.

“A história das mulheres é a história das classes”, afirma autor (FEDERICI, 2017, p.31). A partir da perspectiva que costura a história do gênero às condições econômicas, todos nós - leitores e leitoras - nos vemos totalmente imersos em uma narrativa que, por vezes, parece explicar com exatidão as fontes de muitas situações e ideias pré-concebidas que persistem até hoje.

Vale destacar que, no livro, pululam as referências documentais, iconográficas e literárias acerca dos acontecimentos que culminaram neste período. As expropriações de terras, sobretudo das viúvas e mulheres sem marido, as expulsões das camponesas das terras comunais, as guerras santas nas conhecidas “caça às bruxas”, a criminalização dos conhecimentos sobre a manipulação das ervas, tão presentes nas artes medicinais ancestrais e predominantemente praticado pelas herboristas e curandeiras, entre outras violências perpetradas ao longo do tempo, são claros referenciais das fontes da degradação feminina como condição necessária para a existência das políticas de controle vigentes tão necessárias ao desenvolvimento capitalista.

O capítulo 3, intitulado “O grande Calibã”, deslinda os métodos históricos utilizados para lutar contra o corpo rebelde, especialmente, o feminino, com seus humores e paixões. A criminalização e a interdição de qualquer forma improdutiva de sexualidade se tornam parte da política regulatória dos corpos femininos que se estende também à toda prática sodomita, homossexual e orgiástica consideradas inúteis e improdutivas. Pelo espírito do ideal burguês, o trabalho é a condição e o motivo da existência do corpo. A natureza corporal da mulher era algo que demandava controle. Foi preciso uma regulação eficiente, cotidiana e vigilante em todas as interfaces possíveis; política, cultural, ideológica, estética. A ascensão da caça às bruxas, ou como define a autora, “o genocídio de mulheres”, não pode ser dissociado dos acontecimentos históricos desta fase.

Os capítulos 4 e 5 se dedicam a explorar as minúcias das práticas persecutórias na Europa, assim como sua reconfiguração durante a expansão na América, no período colonial. A atenção especial dedicada à “caça às bruxas” adquire ainda mais relevância quando compreendida como instrumento da construção desta nova ordem patriarcal em que os corpos femininos, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos de exploração econômica. Segundo Michael Taussig em *The devil and commodity fetishism in South America*, retomado por Federici, as crenças diabólicas que demonizaram as mulheres surgiram em um período de substituição de um modo de produção por outro. Nesta transição, não somente as condições materiais de vida foram transformadas radicalmente, mas também os fundamentos metafísicos da ordem social. Era preciso destruir laços comunais, os saberes femininos sobre a reprodução, o sentido de preservação dos “tesouros da natureza”.

A identificação das mulheres como bruxas foi uma estratégia largamente difundida para promover o controle das práticas femininas que vigoravam nas sociedades camponesas e que, em certo momento, foram vistas como modos de resistência às determinações de um Estado a favor da economia em expansão. Diga-se, de passagem, a alusão aos personagens shakespearianos aqui cabem bem ao histórico de lutas e resistências diversas que o sistema colonizador encontrou ao lidar com as revoltas históricas de Yucatán, no México, ou movimento Taki Onqoy, no Peru.

Ao final da leitura podemos perceber que *Calibã e a bruxa* não se apresenta como uma lição, em revista, de um período da história, mas sua lição, talvez, das mais importantes, seja nos instigar a necessidade de observar sua atualidade nos ecos de nosso cotidiano.

Referência

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.